

# POPULAÇÕES INDÍGENAS RESSURGENTES: O MOVIMENTO DOS INDÍGENAS NÃO ALDEADOS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA (MInA)

Isaac Pereira SILVA  
Graduado em Ciências Sociais  
INCIIS-Universidade Federal de Uberlândia  
isaacpereirabr@gmail.com

Marcel MANO  
Professor Titular na  
Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Ciências Sociais (INCIIS)  
marcelmano@ufu.br

**Resumo:** O tema deste artigo é a história do Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG (MInA), e seu objetivo é trazer à tona a trajetória de resistência das Cacicas Kaun Poty Guarani e Kawany Tupinambá, além de outras lideranças que marcaram a luta indígena em contexto urbano na cidade de Uberlândia e região. Apesar de compor um coletivo multiétnico e marginalizado, a partir da criação do Movimento, ocorrido há 19 anos, é possível perceber a crescente mobilização e conscientização política desses sujeitos. Com base na história oral, na etnografia em casa e no levantamento e análise documental e bibliográfica, a intenção é mostrar como a invisibilização histórica dos povos indígenas em contextos urbanos, considerados “misturados” e, por isso, frequentemente deslegitimados em sua identidade étnica, se confronta com a realidade, os desafios, os objetivos e as conquistas do MInA.

**Palavras-Chave:** Indígenas em contexto urbano; História; Triângulo Mineiro.

**Abstract:** The theme of this article is the history of the Movement of Non-Villaged Indigenous Peoples of the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba regions in Minas Gerais (MInA). Its purpose is to shed light on the trajectory of resistance of the Cacicas Kaun Poty Guarani and Kawany Tupinambá, as well as other leaders who have marked the Indigenous struggle in urban contexts in the city of Uberlândia and surrounding areas. Although composed of a multiethnic and marginalized collective, since the creation of the Movement 19 years ago, it is possible to observe the growing mobilization and political awareness among these individuals. Based on oral history, home ethnography, and documentary and bibliographic research and analysis, the intention is to show how the historical invisibilization of Indigenous peoples in urban contexts—often regarded as “mixed” and therefore frequently delegitimized in their ethnic identity—stands in contrast to the reality, challenges, goals, and achievements of MInA.

**Keywords:** Indigenous peoples in urban contexts; History; Triângulo Mineiro.

## Introdução

*Em um lugar de uma memória esquecida, queremos passagem livre por um caminho alimentado de um dia-dia com sonho, esperança e força*

*de um coração gigante, força de guerreiros, de bravos sobreviventes da história. Roubaram tudo de mim, roubaram o ouro, as matas, os rios, as terras, menos a minha esperança, o meu jeito de ser índia. O livro dos índios brasileiros ainda não foi escrito, pois esta é apenas a primeira página do diário de uma índia catando as pedras do seu caminho (Cacica Kaun Poty Guarani).*

A epígrafe é parte de um poema escrito pela Cacica Kaun Poty Guarani, nome de registro Maria Virginita de Oliveira, antiga liderança do Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MInA). O trecho encontra-se no verso da capa de um DVD raro, um documentário de título: *“Do imaginário de 1500 a 2006: Povos de coração gigante e alma serena”*<sup>2</sup>, que não é possível de ser acessado em estantes de locadoras ou em catálogos de *streamings*. Além disso, sua raridade provém da transmissão de uma profunda mensagem destinada a uma região que dizia não haver a presença dos povos indígenas na sua construção histórica; ou quando muito, de indígenas que existiram no passado, e cuja historiografia tradicional oitocentista e novecentista, advinda dos memorialistas, fez questão de enterrar.

Poty, ao iniciar sua frase com “memória esquecida”, questiona justamente essa velha história e etnologia do indígena aculturado, integrado à sociedade civil, e passível de extinção (Ribeiro, 1970); e ao terminar o trecho com “bravos sobreviventes da história” ela coloca em dúvida os resultados históricos dos regimes de alteridades (Pacheco de Oliveira, 2016) produzidos até o final do século XX, ou seja, até o momento da Constituição de 1988, que pôs fim ao regime tutelar dos povos indígenas no Brasil, e assegurou a garantia de seus direitos. Sua frase há de ser ainda mais simbólica ao pensarmos em uma mulher sem títulos institucionais ou formação acadêmica, que vivenciou a violência de expropriação das terras de sua etnia ainda criança, e ao migrar para a cidade de Uberlândia fundou, em meados de 2006, o primeiro movimento de indígenas urbanos da região, resgatou suas memórias e suas histórias, lutou por garantia de direitos dos povos indígenas em contexto urbano, e revelou a existência de diversas famílias até então esquecidas pelos livros de história.

Nessa época, Poty respondia a questionamentos quanto a legitimidade de um movimento considerado pelas instituições e sociedade civil ilegítimo, cujo imaginário então reproduzia acriticamente a lenda do desaparecimento dos povos indígenas da região. Contudo, a área que representa o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG foi palco de aldeias e aldeamentos construídos pela política indigenista oficial que colocou em confluência e trocas povos indígenas de diferentes matrizes étnicas, tais como Jê, Tupi-guarani e Aruak. Segundo Mano (2022, p.180), “foi no período colonial que se

---

<sup>2</sup> O documentário retrata a trajetória de famílias que constituem o Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MInA), além do processo de autorreconhecimento indígena de famílias na cidade de Uberlândia, Ituiutaba, Araguari, Araxá, Prata, entre outras. A maioria delas inserida em condições precárias de moradia, trabalho e saúde, o documentário revela as particularidades de entrelaçamento geracional com os povos indígenas, as dificuldades de se viver nas cidades, e os objetivos de estabelecer as lutas por reconhecimento e direitos para os povos indígenas em contextos urbanos.

intensificaram os processos de interação e intersecções com outras alteridades indígenas e não-indígenas, e desenvolveram-se processos que ligam seu passado ao seu presente indígena". Durante o século XIX, com a expropriação de terras e a exploração indígena, os documentos oficiais, durante a segunda metade do século XIX e século XX, invisibilizaram esses povos e passaram a tratá-los como "índios misturados" ou mestiços (Mano, 2022).

Levando em consideração os "índios misturados" ou "miscigenados", as famílias que compunham o MInA eram, em sua grande maioria, trabalhadores do meio urbano sob a ótica fatalista da vulnerabilidade social, reféns de um passado geracional/familiar marcado pela violência colonial, expropriação de terras de seus antepassados, escravização, ou jogados ao campo como trabalhadores em regime de parceria ou arrendamento de terra dos grandes proprietários, conforme demonstrado no documentário acima citado. O questionamento sobre se há povos indígenas na cidade de Uberlândia e região, ou se o movimento de indígenas urbanos é legítimo tem, notadamente, impactos para uma discussão antropológica que envolve os conceitos de identidade étnica e etnicidades. E tem, também, impactos na visão do senso comum que, quando admite a presença dos povos indígenas na região do Triângulo Mineiro, o faz a partir das representações estereotipadas de que esses povos estão no passado.

Dessa maneira, termos comumente usados pelo atual coletivo indígena, como "resgate indígena" ou retomada", expressam tanto uma reintegração simbólica aos antepassados indígenas e espíritos das matas, como uma reintegração cultural ao reconfigurar, na contemporaneidade, o pertencimento étnico do passado familiar do indivíduo, apontando, inclusive, para novas formas de organizações sociais indígenas até pouco tempo desconhecidas. Além de empoderar-se e ressignificarem ritos, constituem também novas configurações de parentelas entre os povos das aldeias e povos em contextos urbanos. São esses processos que orientam as diversas etnicidades e identidades étnicas construídas ao longo da história.

Deste modo, este artigo pretende descrever a história e etnicidade do Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MInA); os marcos e os objetivos da luta indígena em contexto urbano; sua contemporaneidade que desagua na construção da OCA - Centro Cultural Indígena Aldeia Kaun Poty Guarani sob a liderança de Cacica Kawany Tupinambá, e um memorial aos anciões do coletivo.

### **História do Movimento dos Indígenas não Aldeados**

As histórias aqui relatadas fazem parte de um compilado de documentos bibliográficos do MInA, relatos da Cacica Kawany Tupinambá, atual liderança indígena da região, e entrevista com Eliane Santos Aparecida, gestora pública, historiadora, geógrafa, e ex-coordenadora do Museu dos Povos Indígenas de Uberlândia, além das experiências colhidas desde 2019, data em que um dos autores entra para o coletivo indígena. O levantamento bibliográfico, do qual partiu o artigo, se baseia nas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena (GEPAEHI), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais (INCS) e ao Programa de Pós-Graduação em

Ciências Sociais (PPGCS-UFU), promotor e gestor do Museu de Antropologia e Arqueologia (MAnA) da Universidade Federal de Uberlândia. Por meio da multidisciplinaridade entre as três áreas do conhecimento que dão nome ao referido Grupo, ele se esforça por traçar a história das ocupações e das transformações indígenas na região dos atuais sul do Goiás, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, norte de São Paulo e leste de Mato Grosso do Sul. Foi a partir das pesquisas desenvolvidas no GEPAEHI, uma delas a primeira a fazer referência à presença dos ressurgentes na região (Ferreira Filho e Pedroso, 2009), que foi possível colocar como protagonistas e agentes históricos conscientes os povos indígenas da região.

O Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MInA) e a Associação MInA têm sua origem em 2006 pela liderança de Cacica Kaun Poty Guarani. Nessa época formaram-se laços de parentelas entre indivíduos e famílias das cidades de Araguari, Ituiutaba, Araxá, Uberaba, dentre outras que se autodeclaravam descendentes de indígenas, formando um coletivo multiétnico e multiterritorial. Nesse período, surge também a Associação de Desenvolvimento e Intercâmbio Cultural Indígena da Região de Araxá (ANDAIA) sob liderança do Pajé Edson Karkará Uru Catu-Awá Araxás. Segundo Mano (2022, p. 183):

No presente, a emergência de dois movimentos indígenas que integram sujeitos e famílias que se declaram pertencentes a diferentes etnias, tais como Kayapó, Guarani, Kadiwéu, Terena, Tupinambá, Xakriabá, Katu-Awá, Bororo, Xerente entre outras é, de novo, um contexto multiétnico.

Ao longo dos anos, outras lideranças do movimento estiveram presentes junto ao legado de Poty, tais como: a atual liderança Cacica Kawany Tupinambá, Pajé Henrique Gamarra Terena, Maria Cândida Tupinambá, sobre os quais comentaremos ao longo deste artigo.

O território atual da comunidade localiza-se na cidade de Uberlândia, no bairro Elisson Prieto, antiga ocupação Glória, local antes pertencente a Universidade Federal de Uberlândia, ocupada em 2012 por cerca de 50 famílias, parte delas integrantes do Movimento Sem Teto do Brasil (MSTB). Poty foi uma das primeiras moradoras e liderança da ocupação, viveu em uma casa simples com sua Oca de 2012 até o final de sua vida no ano de 2017. Nessa época, mudou-se também para Ituiutaba, alternando sua moradia entre as duas cidades. Era perceptível, em seu olhar e fala, o amor de Poty pela Oca, pois tratava-se de uma realização sonhada por anos, dado que em algum momento de sua vida teve sua maloca queimada e, depois de muito tempo, conseguiu colocá-la em pé novamente, porém, em outro território. Na época da ocupação, a área ocupada pela comunidade correspondia aproximadamente a 15.000 m<sup>2</sup>, caracterizada pela casa de Poty, uma oca central e duas ocas ao fundo.

Historicamente ocorreram diversas disputas para tomada do terreno, tanto internas, quanto por parte do poder público na tentativa de reintegração de posse da ocupação, ou até mesmo do crime organizado que havia controlado algumas áreas. Contudo, Poty e Kawany foram resistentes às ameaças e conseguiram manter-se na localidade.

**Imagem 1 - OCA em meados de 2014.**



**Fonte: Do imaginário de 1500 a 2006: Povos de coração gigante e alma serena.**

Não obstante, em 2017, após o falecimento de Poty, a comunidade perdeu uma parte considerável de seu território, e a responsável por impedir que o movimento não acabasse foi Kawany Tupinambá que se mudou para o terreno e deu continuidade ao legado de Poty.

Atualmente, após a considerável perda de metragem do terreno, sua área corresponde a 500 m<sup>2</sup>, caracterizado pela antiga casa de Poty que se tornou a cozinha comunitária do Glória sob gestão de Kawany, a OCA central e a casa de Kawany ao fundo, na qual reside ela e sua família. É válido ressaltar que somente em março de 2025 a Prefeitura de Uberlândia regularizou a ocupação, entregando dois mil títulos de posse aos moradores do antigo assentamento Glória. Kawany foi uma das moradoras a receber a titularidade.

Após o falecimento de Poty, o terreno e muitos elementos que o constitui ganharam significado simbólico para o coletivo indígena, como por exemplo o tronco central da OCA e as plantas. O tronco central da OCA representa a força centralizada de Poty que, além de sustentar fisicamente a OCA, no campo da ancestralidade, sustenta a continuidade do coletivo. O bambuzal ao lado da OCA representa a força dos encantados, nele se despacham elementos ritualísticos que serão “energizados” pela força daqueles que residem no bambuzal; tal qual a bananeira ao fundo do terreno, outra planta na qual residem encantados.

Os encantados são espíritos ancestrais indígenas das linhagens; suas forças residem nas plantas e em locais dados como sagrados, honramos a história dos antigos nos cantos e torés nas fogueiras. Após um ritual de lua cheia com os encantados, performatizado e etnografado por um dos autores do artigo, um dos encantados informou que no terreno nasceriam plantas de limpeza e cura para serem utilizadas em rituais. Após alguns meses,

surgiram plantas como tabaco, espada de São Jorge, sálvia, rosas brancas, capins cidreiras, guiné, arruda, manjerição, alecrim, dentre outras, todas com poderes medicinais e ritualísticos de cura e defesa contra os males, e todas utilizadas em rituais conduzidos pelos indígenas no Oca. Nos rituais de lua cheia e fogueira, o maracá conduz o corpo e mente para outro estado, e o corpo é tomado pelos encantados que, como mensageiros, dizem o que é necessário para a construção futura do coletivo, e defumam e “limpam” a OCA e os membros do coletivo. Outros elementos como o cachimbo, a jurema sagrada, urucum e jenipapo, que são elementos étnicos de outros povos, foram ressignificados e utilizados pela comunidade. Os benzimentos com as plantas, as rezas e cânticos, a limpeza nas águas da cachoeira Bom Jardim<sup>2</sup>, a defumação com o tabaco, a incorporação dos encantados e as memórias repassadas são algumas das características de como conduzem “espiritualmente” a comunidade. O “cargo” de Pajé foi atribuído pela cacica a um dos autores deste artigo e, logo após, confirmado pelos encantados.

A produção de alimentos e de plantas medicinais através de um Centro de integração e formação cultural e linguística indígena que garantisse a revitalização de várias línguas maternas e uma economia solidária de produção da terra foi o que Poty almejou durante sua vida. Para isso era necessária uma área maior na qual se assentassem os indígenas, garantindo autonomia material e cultural. Com esse objetivo, várias localidades foram estipuladas para esse possível aldeamento; tais como a Reserva Estadual do Pau Furado, localizada nas imediações do bairro Morumbi; o Bosque Jatobá, área da prefeitura de Uberlândia localizada no Bairro Laranjeiras; e o Parque Siqueroli, localizado no Bairro Jardim América. A luta pelo direito à terra e por um aldeamento foi o principal objetivo durante os anos do MinA; e, de certa maneira, o assentamento Glória em Uberlândia poderia tornar-se território indígena. Contudo, havia a presença de não indígenas no assentamento e muitas forças em disputas naquele momento, e isso impossibilitou que o atual terreno pudesse ser considerado território indígena pelos órgãos indigenistas.

### **Criação do MinA, índios misturados e etnicidades ressurgentes**

A luta de Poty iniciou-se nos anos 1990, na época militante do Partido dos Trabalhadores (PT), período durante o qual esteve envolvida nas discussões estratégicas e conjunturais do partido. Em 2001 esteve presente no orçamento participativo durante o mandato do ex-prefeito Zaire Rezende, e participou ativamente de inúmeros conselhos da saúde coletiva, educação, segurança pública, e em 2003 tornou-se membra do Conselho Municipal de Igualdade Racial do município de Uberlândia. Após a posse de Zaire, Poty pleiteou inúmeras falas combativas na tribuna da Câmara Legislativa de Uberlândia, cidade caracterizada pelo domínio político latifundiário. Apesar de filiada ao PT, seu trabalho de militância foi solitário, pois muitas vezes se via sozinha em pautas e locais majoritariamente ocupados por

---

<sup>2</sup> A Cachoeira do Bom Jardim fica na zona rural de Uberlândia (MG), a cerca de 20 km do centro da cidade, dentro da bacia do Ribeirão Bom Jardim, afluente do rio Uberabinha. Ela possui uma queda de aproximadamente 11 metros de altura, com um paredão basáltico que mede cerca de 70 metros de largura.

homens. Além disso, com seu discurso pugnaz atraía olhares que a taxavam de radical ou de enfurecida, e as diversas tentativas de silenciá-la nunca se concretizaram, diziam a ela que deveria aceitar suas perdas e em resposta falava: *“Perder mais? Como isso é possível se meu povo já perdeu tudo”*. Diante disso, é importante ressaltar que Poty foi a primeira a levantar o debate indígena na cidade, e a fundar um coletivo indígena na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Nesse mesmo período, Poty fazia parte de inúmeros movimentos ligados ao povo preto de Uberlândia, como por exemplo o Movimento Negro Unificado (MNU).

No ano de 2004, o então Museu dos Povos Indígenas, antes vinculado ao Instituto de História da UFU (INHIS-UFU), hoje sob coordenação da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC-UFU), estava sob a direção de Eliane Santos Aparecida. Naquele momento, duas estagiárias haviam comentado com Eliane sobre uma indígena da etnia guarani que estava presente nas assembleias da Câmara Municipal de Uberlândia, e a respeito de suas falas acerca da temática indígena. Nesse período, Poty já lutava pelo autorreconhecimento e resgate indígena, mas nunca possuiu voz ou apoio para retomar seu povo; até o momento em que se encontrou com Eliane na UFU, e após uma manhã inteira de conversa, Poty comentou:

Eu não quero busca pessoal ou contar minha história, eu quero ir atrás do meu povo, meu povo está aqui em Uberlândia, pois sei que tem famílias que são de aldeias descendentes diretos de povos indígenas, e algumas famílias que são do Nordeste, e eu quero resgatá-los. (trecho da entrevista concedida por Eliane Santos, 08/05/2025)

E logo em seguida ela questionou:

Para que serve o museu? O museu só é importante se ele tratar da história viva, porque se ele trata da história que é morta, vocês só mantêm a cultura que são de vocês de geração para geração, para justificar um futuro de vocês, esse legado é carregado como uma mochila. (trecho da entrevista concedida por Eliane Santos, 08/05/2025)

Tal encontro fez com que brilhassem os olhos de Eliane e ela abraçou o projeto, iniciando o que ela considerava ser a *“história de nós duas juntas”*, e a partir daí iniciaram uma parceria. No primeiro momento o mapeamento era essencial para a construção da luta, e Eliane levou essa demanda para o Instituto de História; contudo, teve como resposta: *“Qual a necessidade desse trabalho se eles são indígenas como nós e você”*. Tal fala remete à mestiçagem e à aculturação, e como ela ainda impregnava os discursos teóricos-acadêmicos da época, e Eliane respondeu: *“Eu estou falando de um movimento real de indígenas urbanos que vivem nas periferias, mas que mantêm as tradições na culinária, nas roupas e nos rituais próprios de cada família”* (trecho da entrevista concedida por Eliane Santos, 08/05/2025).

A partir disso, teve apoio somente da PROEXC-UFU dando início a um trabalho de mobilização solitária entre Eliane e Poty, mapeando e recolhendo dados de diversas famílias

indígenas em várias cidades do Triângulo Mineiro; sendo a primeira família mapeada a de Kawany Tupinambá, e logo em seguida de Maria Cândida Tupinambá, residentes, respectivamente, nos bairros Dom Almir e São Jorge, ambos na cidade de Uberlândia. De cada família que era mapeada havia indicações de outras famílias e assim por diante; e na medida em que o trabalho avançava informalmente, foi coletada a informação de que havia uma média de 56 famílias indígenas de diversas etnias na região. O trabalho de coleta durou cerca de 2 anos, e no ano de 2006, Poty e as famílias mapeadas se organizaram coletivamente e criaram a Associação do Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que veio a ser registrada somente em 2008.

Poty e Eliane percorreram, então, várias cidades da região mapeando e catalogando famílias de “índios misturados”<sup>3</sup>, com o objetivo inicial de resgatar e provar sua existência e persistência na região. A princípio enfrentaram o encargo de legitimar a luta de indígenas que até então acreditava-se que foram exterminados pela violência colonial, ou que, a partir das relações interétnicas criadas, foram incorporados ao campesinato como trabalhadores rurais e posteriormente urbanos. Dessa maneira, o MInA configurou-se, inicialmente, pela etnogênese, entendido como processo histórico por meio do qual coletividades étnicas se organizam em termos de uma identificação compartilhada, símbolos diferenciadores e projetos políticos comuns (Bartolomé, 2006). Interessante notar que tal conceito foi formulado teoricamente no mesmo momento em que, na prática, se dava a ressurgência dos povos indígenas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e não somente de uma etnia, mas de várias, seja pelas pessoas vindas de aldeias que retomavam as posses de seu passado étnico, ou das famílias citadinas mapeadas que tiveram seu direito à memória destruído pela colonização, mas que sustentaram em suas histórias e ideais a certeza de serem descendentes de indígenas e, que, portanto, são igualmente indígenas. O MInA, ao reagrupá-las, engendrou um processo de autorreconhecimento coletivo de um passado, de um presente e de um futuro indígena para a região.

Nesses termos, o primeiro objetivo do movimento encontrou-se com uma mobilização nacional de ressurgências dos povos indígenas, reafirmando suas identidades e recriando organizações que representavam seus interesses (Luciano, 2006, p. 23). Portanto, no MInA havia o resgate, as reinvenções de tradições e símbolos, concomitante a um processo no qual concebiam suas cosmopolíticas e cosmovisões ao se organizarem e agirem coletivamente com o objetivo de garantir seus direitos, sendo primordial o direito à terra.

Há de se ponderar as similaridades do MInA com os indígenas do Nordeste, descrito por Pacheco de Oliveira (1998), visto que o processo de etnicidade e ressurgimento dos povos do Nordeste assentou-se também no desafio de “reestabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada dos não índios das áreas indígenas, desnaturalizando a “mistura” como única via de sobrevivência e cidadania” (Pacheco de Oliveira, 1998, p.

---

<sup>3</sup>O termo “índios misturados” aborda a problematização do contato como resultado da perda da identidade étnica indígena. Pacheco de Oliveira (1998) argumenta que o termo “mistura” foi estrategicamente usado para negar os direitos indígenas assegurados pelo Estado brasileiro.

53). Dessa maneira, ao presumir a estruturação de uma “inérita” coletividade indígena representada em uma associação, junto ao planejamento de conquista de terra para assentar os “novos” indígenas o MInA concebeu, respectivamente, o efeito de uma territorialização em andamento, caracterizada por uma manifestação política, social, cultural e histórica peculiar ao movimento e à região. Como demonstrado por Pacheco de Oliveira (1998, p. 55):

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a elaboração da cultura e da relação com o passado.

Desnaturalizar a “mistura” e conceber novos aspectos de cosmovisões de uma coletividade dada como apagada, formada por trabalhadores nos quais a mestiçagem, como ferramenta política, apagou os direitos à memória de parentes e ancestrais, inverte a lógica do pardo/mestiço/caboclo para a lógica de que são indígenas e reivindicam a memória e legado nas páginas da história que ainda está sendo escrita. Dessa maneira, sujeitos considerados como pardos/mestiços/caboclos, representantes da parcela majoritária da população brasileira, que passam a se autorreconhecerem como indígenas, compondo um coletivo indígena urbano, não recuperam suas raízes, mas as recriam como partes de uma memória coletiva e familiar que em algum momento foi interrompida violentamente; constroem cosmovisões; rebrotam não identidades de um passado, mas etnicidades de um futuro e, com isso, operam a inversão da lógica da mestiçagem no Brasil. Em face disso, suas origens e experiências individuais, juntamente com a trajetória histórica de seus antepassados, corroboram para a reemergência étnica e a reorganização social indígena.

Assim, Poty inaugura um sexto regime de alteridade dos indígenas do Brasil, pois são os indígenas da cidade, que ressurgem e requerem seus direitos, apagando a mestiçagem e rebuscando a “originalidade” para a política dos indígenas. Aqui, fazemos uma analogia com os regimes de alteridades propostos por João Pacheco de Oliveira em sua obra *“O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades”*, e a formação cosmopolítica de Poty ao negar a situação da “mestiçagem” e iniciar um dos primeiros movimentos indígenas urbanos de Minas Gerais. Esse sexto regime, é um “braço” do quinto regime de alteridade proposto pelo autor, possível somente a partir do ponto no qual levantes indígenas nacionais passaram a requerer a garantia de seus direitos na Constituição de 1988.

Assim sendo, e de acordo com Pacheco de Oliveira (2016), o primeiro regime de alteridade indígena foi construído durante o início do período colonial e representava as nações indígenas como coletividades que oscilavam ora com a imagem de fidalguia e cordialidade do “bom selvagem”, ora com a imagem de ferocidade e canibalismo do “mau selvagem”. O segundo opunha o indígena colonial amigo ao indígena bravo,

representado na oposição criada entre Tupi x Tapuia. O terceiro regime, criado pelo indigenismo romântico do século XIX, representava o indígena numa distância temporal, um indígena que, embora marcasse a particularidade da criação do Brasil e do povo brasileiro, ficou no passado, e cujo modelo, parece-nos, foi reeditado até pouco tempo atrás na historiografia memorialista e na Antropologia do Triângulo Mineiro. O quarto regime proposto por Pacheco de Oliveira é o indigenismo republicano, cuja representação de um indígena tradicional, etnificado e puro se fazia em uma distância espacial, modelo que não apenas justificou o paternalismo e a tutela dos órgãos indigenistas oficiais (SPI e FUNAI), como nos parece ter obstruído o entendimento pelo senso comum e pelas instituições oficiais, da existência legítima de indígenas em contexto urbano. Finalmente, o quinto regime, resultado da organização dos movimentos indígenas, assume o protagonismo desses povos como sujeitos históricos e políticos conscientes, detentores de direitos que se consolidam, ao menos juridicamente, na Constituição de 1988.

Nessa perspectiva, como desdobramento desse último regime, sugerimos então um sexto, que consiste no conceito de "resgate indígena" em território urbano, ou seja, uma "volta" da identidade étnica indígena concebida por sujeitos que possuem um passado familiar indígena, e que em certo momento passaram a se autoidentificarem como indígenas. Tal fenômeno é constatado no aumento da população indígena não nas aldeias ou em terras demarcadas, mas nas cidades; pois segundo os dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 60% da população indígena está nas cidades. Obviamente há de se imaginar que isso seja uma das consequências da violência e da expropriação de terras indígenas, mas, por outro lado, uma das perguntas trazidas no Censo foi: "Você se autoidentifica como indígena?", e essa pergunta abriu espaços para indivíduos residentes nas cidades poderem se autoidentificarem. Dessa maneira, temos duas considerações acerca desse sexto regime. Primeiro, o fato de que seja oportuno a troca do termo "resgate" pelo da "reafirmação", pois o termo "resgate" traz uma conotação do indígena do passado, enquanto a "reafirmação" impele o sentido de algo que sempre esteve ali presente. Em segundo lugar, essa reafirmação somente é possível quando se dá em âmbito coletivo, ou seja, quando sujeitos que reafirmam sua identidade indígena passam a ser membros de comunidades indígenas, e estão na linha de frente da luta indígena, ou que em algum momento saíram de seus territórios. É válido ressaltar que é a comunidade, a coletividade ou a territorialidade que definem o que é ser indígena; afinal, muitos indígenas aldeados ainda afirmam que os indígenas de "resgate" são oportunistas e querem se aproveitar dos direitos das cotas em concursos públicos e vestibulares. Esse sexto regime que propomos parte, porém, de uma análise da conjuntura atual dos diversos movimentos indígenas nacionais, do MInA e dos dados apontados pelo Censo 2022 do IBGE.

É com base nesse sexto regime, que consiste no protagonismo e na ressurgência de indígenas em contexto urbano, que vemos se locomover Poty e o MInA. Ainda no ano de 2004, ela participou da IV Conferência Nacional de Saúde Indígena, durante a qual foi reconhecida como Cacique por inúmeras lideranças indígenas aldeadas, iniciando seu legado como a primeira mulher a liderar um movimento indígena no

contexto contemporâneo da região. Sem dúvida, esse foi um importante passo de reconhecimento de sua luta pelas diversas etnias e por vias institucionais. Candidatou-se a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com o objetivo de dar visibilidade à causa indígena; contudo, não conseguiu se eleger naquele ano. Orientou palestras nas escolas municipais de Uberlândia, com o objetivo de combater o imaginário do indígena de 1500, principalmente no mês de abril no qual, conjunturalmente, as escolas ressaltavam a presença personificada e estereotipada do indígena, representada nos cocares de papel e performances do “índio do passado”. Nos anos seguintes participou de inúmeros eventos em parceria com o Museu dos Povos Indígenas e PROEXC, como por exemplo o Encontro Nacional de Educação, Saúde e Culturas Populares (ENESCPOP).

Do ano de 2006 a 2008, após todo o trabalho de mapeamento, tornou-se necessário fundar formalmente o movimento por meio da criação da Associação MInA, delimitando os objetivos e lutas a serem seguidas adiante. O art. 5º. do estatuto da Associação tinha como eixos principais:

Buscar condições para assegurar os direitos dos indígenas não aldeados quanto a saúde, segurança alimentar, educação, igualdade no acesso a ensino superior, moradia, à territorialidade urbana, o direito a assento aos Conselhos de órgãos gestores do patrimônio cultural indígena, direito a patente de produções científicas, culturais, artísticas e manifestações culturais;

Criar formas de cooperação com as universidades, os poderes públicos, escolas secundaristas, sindicatos, sociedades organizadas;

Criação de um Centro de Formação Cultural e Geração de Trabalho e Renda, a fim de abrigar o inventário permanente dos indígenas não aldeados, a capacitação, o cultivo de alimentos, plantas, sementes, grãos, a produção de artesanato, a investigação e preparação de medicamentos de plantas medicinais, o ensino de línguas indígenas, a preservação de manifestações culturais, para a revitalização cultural dos descendentes indígenas que vivem em áreas urbanas e rurais, com Sede em Uberlândia;

Promover ações educativas multiculturais e multidisciplinares visando a troca de conhecimentos entre os indígenas de Uberlândia e região e outros seguimentos, movimentos sociais e instituições de ensino, contribuindo assim, na formação de multiplicadores sobre a etnologia indígena brasileira.

Estimular e fomentar a criação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os descendentes dos povos indígenas da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Desenvolver programas de educação cultural, através de ações de ensino-aprendizagem para a conscientização de educadores e alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente e a proteção feita pelos indígenas não aldeados do meio em que vivem

Inventariar indígenas com descendência de até 4ª geração da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com a finalidade de realização de laudos antropológicos e encaminhamentos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para legalização de seu reconhecimento étnico.

Fomentar a Criação de Aldeias indígenas a serem formadas em áreas urbanas, rurais e imediações dos municípios que compõem a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a fim de assegurar a sustentabilidade dos indígenas não aldeados;

Desenvolver ações que articulem a educação formal e o ensino empírico sobre as culturas indígenas dos povos da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, de maneira a garantir a legitimidade da oralidade de seus ensinamentos como forma de tradição cultural.

O direito ao autorreconhecimento e à memória indígena; a presença da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; a conquista de uma aldeia urbana multiétnica na cidade de Uberlândia que garantisse saúde, renda e educação; e a formação de um centro cultural, permeavam uma relação imbricada entre aldeia e cidade, inaugurando novos caminhos culturais e sociais de um aldeamento no qual a “cultura” cidadina estaria presente. Essa aldeia urbana tinha como objetivo cumprir a função social da terra, assentar os indígenas urbanos e produzir renda para as famílias através do artesanato e plantios. Nesse período, a regra estatutária era a aldeia com áreas coletivas para produção agrícola e a promoção de um centro cultural para fomento de línguas e educação indígena.

Foram encaminhados diversos diálogos com o município, Estado e FUNAI, pois havia a promessa do município de doação de diversos territórios que seriam concedidos após a homologação do reconhecimento indígena pelo órgão. Não obstante, e mediante o trabalho da Dicult-UFU que resultou no documentário *Do imaginário de 1500 a 2006: Povos de coração gigante e alma serena* em que novamente essas famílias foram revisitadas, entrevistadas e traçadas suas origens, e formalmente foram mapeadas através de formulários encaminhados anos depois para a FUNAI de Governador Valadares para o reconhecimento étnico da região, tal trabalho de comunicação com o órgão para a concessão de terra aconteceu concretamente somente após o ano de 2012.

De 2004 até meados de 2008, surge a presença do Pajé Henrique Gamarra Terena, Cacique Edson Karkará Catu-Awá Araxás e Macsuara Kadiweu. Karkará fundou na cidade de Araxá a Associação de Desenvolvimento e Intercâmbio Cultural Indígena da Região de Araxá (ANDAIA ()), pertencente a etnia Catu-Awá Araxás, iniciando, portanto, a junção das duas associações representando os povos indígenas da região, contando como cacique chefe Poty.

É válido ressaltar o papel primordial da parentela no contexto urbano, não somente no que se refere a construção coletiva da luta, mas também de cosmovisões transmitidas na presença de forças coletivas humanas e não-humanas. Elas influenciam condutas, fornecem sentidos, apresentam comunicações e reaprendizados essenciais para a unicidade; pois das diferenças étnicas brotam singularidades de parentes guiados pelas lideranças e pelos antigos espíritos.

Outros indígenas importantes para a construção do movimento foram: Luiz Tupinambá, Carlinhos, Cacique William, Erê, Guaraci Pataxó, Sebastião, os filhos e filhas da atual Cacica Kawany. Em 2008, o MInA foi, então, constituído no cartório de Ituiutaba, e Poty mudou-se para lá junto com Henrique Terena. Durante esse período houve uma perda na atuação das famílias em razão da distância, e Eliane já havia saído da direção do Museu dos Povos Indígenas. Iniciando um trabalho a dois, Poty e Henrique, mudando a forma de condução

do coletivo, concentraram-se em palestras e congressos, elaboração das garrafadas de ervas medicinais, e continuidade da luta na cidade de Ituiutaba.

Ainda por volta de 2012, por motivos particulares, Poty retornou para Uberlândia e ocupou o terreno na ocupação Glória estabelecendo o território do movimento, essencial para o coletivo transformar-se na medida que foi circundado por uma territorialidade. Passaram a ter um espaço físico e simbólico, delimitaram um território étnico, e a luta ganhou coesão. O contexto multiétnico aparece nos diferentes tipos de símbolos étnico-culturais presentes nas distintas origens de cada parente, como por exemplo a prática do Toré presente desde 2016 em nossa comunidade, e que congrega atos, cantos, símbolos e práticas aprendidos de diferentes indígenas.

Outro projeto importante após a criação da Associação MInA, foi o “Índios Lecionando”, em parceria com o INCIS-UFU, a PROEXC-UFU e escolas municipais. Nele, o objetivo era o ensino indígena nas escolas da cidade de Uberlândia e Ituiutaba por meio dos próprios indígenas, ancorada na Lei nº 11.645/2008 que tornou obrigatório o ensino

**Imagem 2 - Da esquerda para a direita, Luiz, Maria Cândida, Carlinhos, Juliana, William, Erê, Kawany, Guaraci, Sebastião e Argemiro.**



Fonte: Facebook.

**Imagem 3 - Cacica Poty e Pajé Henrique na Câmara Municipal de Ituiutaba.**



**Fonte: Youtube “Índios Lecionando” TV Universitária.**

de história e cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino. Poty, Henrique Gamarra, Maria Cândida Tupinambá e Kawany Tupinambá combatiam a ideia do indígena selvagem, além de exporem artesanatos, cerâmicas e pinturas indígenas, esse projeto foi fundamental para cessar os estereótipos abordados historicamente acerca dos povos indígenas e demonstrar a presença deles no município, um exemplo disso é quando Poty, em seu tom desafiador, perguntava aos alunos: “*Quem descobriu o Brasil?*” Eles respondiam: “*Pedro Alvares Cabral*”, logo em seguida ela respondia: “*Seus professores são mentirosos, o Brasil não foi descoberto e sim invadido*” (trecho de entrevista concedida por Eliane Santos, 08/05/2025). O MInA, no contexto no qual estava inserido, representava um grande passo ao coletivo na medida que passaram a ganhar vozes nas escolas, universidades, prefeitura, na mídia local e em congressos. Suas reivindicações passaram a atrair olhares e apoios de parentes indígenas de outros territórios e de não-indígenas.

Em consequência, no ano de 2015, com o apoio de antropólogos, historiadores e estudantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena do INCIS - UFU, foi realizada a 1ª Pré-conferência Regional de Política Indigenista do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na UFU. Dela participaram oitenta e cinco indígenas de diversas etnias como: Kadweu, Tupinambá, Guarani, Kayapó Meridional, Katu-awá, Kaxinawá, Terena - que vivem nos municípios de Araxá, Ituiutaba, Prata e Uberlândia; estudantes; pesquisadores e representantes de entidades que apoiavam o movimento. O evento foi dividido em eixos temáticos e objetivos como: Territorialidade e Direito Territorial dos Povos Indígenas; Autodeterminação, Participação Social e Direito à Escuta; Desenvolvimento Sustentável de Terras e Povos Indígenas; Direitos Individuais e Coletivos dos Povos Indígenas; Diversidade Cultural e Pluralidade Étnica no Brasil; Direito à Memória e à Verdade.

O período entre os anos de 2016 e 2017 foi delicado na vida pessoal de Poty e no contexto organizacional do coletivo. Em alguns momentos, dada a concepção

multiétnica do movimento, surgiam certos desgastes entre os parentes e suas famílias, pois começava a aparecer, durante esse período, diferenças étnicas de realização ou idealização do movimento, e alguns membros passaram a requisitar uma liderança multiétnica além de Poty. Ocorreram disputas pelo cargo de cacique, e isso afetou-a integralmente. O movimento desgastava-se mesmo diante de tantos avanços, a exemplo do dossiê da Funai de Governador Valadares que já havia sido encaminhado para Brasília para reconhecimento étnico dos indígenas e do movimento. De acordo com Eliane, Poty passou por um momento no qual suas forças desvaneceram, e em certos momentos ela dava indícios de se preparar para sua passagem para o grande rio. Até que no dia 17 de maio de 2017, Poty faz sua passagem em consequência de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), e deixou uma carta escrita à mão desejando que seu legado de liderança fosse passado para Kawany Tupinambá, sua filha de coração e alma.

### **Kawany Tupinambá: contemporaneidade e rizomas**

Kawany Tupinambá, Maria de Lourdes Lima Rocha, nasceu em Missão Velha – CE, e em razão do fatídico falecimento de seu pai, e de sua mãe ter sido vendida para trabalhar em fazendas na região de Goiás, ela foi criada por seus avós. No sertão nordestino aprendeu a andar nas matas, caçar e plantar com seu avô Cândido, exímio curandeiro e conhecedor das matas. No final da década de 1980 veio para Uberlândia, local no qual sua mãe residia, a fim de conhecê-la e conseguir melhores condições de vida. Na época, mãe solo, sofreu muito para cuidar de seus cinco filhos. Na década de 1990 mudou-se para o antigo assentamento Dom Almir, atual bairro Residencial Integração e, nesse período, muitas famílias, entre as quais a de Kawany, ocuparam o local e se juntaram para evitar a reintegração de posse. Sempre ativa politicamente em pautas como alimentação e moradia digna, foi figura essencial para a construção do Bairro Dom Almir.

Ao conhecer Poty, integrou-se rapidamente ao coletivo, junto com sua irmã Maria Cândida. É válido ressaltar que a família de ambas negaram suas origens indígenas por medo de serem perseguidos no sertão nordestino, não à toa que a nomenclatura “caboclo” era amplamente utilizada na região como forma de apagamento. Diante disso, as duas irmãs viram no movimento uma oportunidade de continuidade de suas raízes. Lutaram ao lado de Poty durante anos até a data de seu falecimento.

A carta deixada por Poty após sua morte chegara nas mãos de Kawany de uma forma desafiadora, pois ela nem imaginava que Poty a havia declarado como filha e sucessora. Por um momento, sem saber o que fazer, mudou-se do Dom Almir para o Glória, “retomando o legado de Poty” como ela diz, e ao chegar na Oca, percebeu que um dos membros do movimento havia vendido grande parte do terreno e dos itens pessoais de Poty. Em face desse despropósito, Kawany o impediu e salvou o “restante” da história que estava sendo desfeita. Nesse processo de venda, o coletivo de indígenas perdeu grande parte do território e adornos de valor simbólico, cultural e espiritual pertencentes a Poty. Foi um momento de rompimento de grandes proporções, pois a maior parte das conquistas até então alcançadas pelo legado de Poty estavam ameaçadas.

Sob essas constantes ameaças, Kawany conseguiu resistir e lutar para dar sequência ao MInA, e diante de sua notável força caminhou em vários momentos sozinha, para honrar a história de Poty. Como Kawany diz: *“Um guerreiro nunca foge da luta, nem que caia, mas ele levanta na frente, então se ela aceitou eu como uma guerreira, como filha dela, eu quero levar adiante, só mesmo o grande rio pra me tirar dessa história.”* (Tupinambá, Alves e Junqueira, 2018, p. 206)

Muitas famílias afastaram-se do movimento após o falecimento de Poty. Kawany e Maria Cândida continuaram a luta em conjunto até o momento em que Maria Cândida começou a ficar doente. Nesse período, o parente Iago Caubi e Raoni, alguns discentes do curso de Artes Visuais da UFU, e o apoio do SOS mulheres, auxiliavam Kawany. O legado era transmitido na presença de inúmeros eventos e palestras guiados por ela.

No ano de 2019 um dos autores deste artigo conheceu a Cacica Kawany em uma de suas palestras no Fórum.doc. Recém chegado ao curso de Ciências Sociais, ele teve com ela uma conversa de minutos, e na ocasião ela lhe abordou com o seguinte questionamento: *“Você é indígena?”* Sua resposta, toda embaralhada foi: *“Tenho descendência”*, e a partir dali sua história pessoal mudou completamente. Entre os anos de 2019 e 2022, após um longo período de pandemia, o movimento foi levado por ele, pela Cacica e por Juarez. Em conversas particulares pensavam de que maneira poderiam reerguer o movimento, voltar as famílias, resgatar novamente os indígenas, parecia até mesmo que estavam no mesmo ponto em que Poty se encontrara em 2004.

No ano de 2020, Cacica Kawany passou a coordenar a cozinha comunitária do Glória, e, durante a pandemia, serviu as famílias carentes com o auxílio de outras voluntárias. São diversas as profissões que Kawany exerceu durante a sua vida, uma delas foi o artesanato e a produção de comidas típicas de origem indígena e nordestina. Mas uma em particular merece reconhecimento, não é uma profissão, mas um *“dom”*, o benzimento. São várias as histórias de pessoas que a procuram pedindo cura e ela os atende sem cobrar absolutamente valor algum de troca. A mesma diz que é um *“dom”* que os encantados e seu avô lhe deram.

Entre 2023 e 2024, na região da Cachoeira Bom Jardim, em ritual do qual participava um dos autores deste artigo, foi revelado pelos encantados que o território do MInA seria a Aldeia Kaun Poty, povos de Uberaba, e que o Centro de formação seria OCA – Centro Cultural Indígena Cacica Kaun Poty Guarani. Ademais, a aliança entre os povos do Triângulo Mineiro retornaria para cumprir e honrar o sangue e suor daqueles que lutaram por suas terras e direitos, entre eles nossa encantada Poty e Cândido, avô de Kawany. Inclusive, foi nessa mesma cachoeira que no ano de 2022 um dos nossos encantados se revelou a nós através do corpo de um dos autores. Atualmente, os guerreiros e guerreiras: Kuarasy, Verônica, Isadora, Juliana, Itanatiara, Yulnak, Brena, Stephanny e um dos autores deste artigo, junto com a cacica Kawany continuam o legado de Poty, e ainda lutam pelo reconhecimento étnico e territorial da comunidade.

Por fim, Viveiros de Castro (2006, p. 7) em seu texto: *“No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”* possui como orientação a seguinte pergunta: *“Quem é indígena no Brasil?”* em seguida em um de seus argumentos expõe:

[...] (qualquer coletivo) começar a se chamar de índio, isso pode vir a prejudicar os "próprios" índios. A condição de indígena, condição jurídica e ideológica, pode vir a "perder o sentido". Esse é um medo inteiramente legítimo. Não compartilho dele, mas o acho inteiramente legítimo, natural, compreensível, como acho legítimo, natural etc. o medo de assombração. Enfim... O raciocínio é: se, de repente, nós tivermos que "reconhecer como tal" toda comunidade que se reivindica como indígena perante os distribuidores autorizados de identidade (o Estado), aí quem vai acabar se dando mal são os Yanomami, os Tukano, os Xavante, todos os "índios de verdade". Poderá haver uma desvalorização da noção de índio. Se, antes, ser índio custava caro (para evocar um artigo pioneiro de Roberto DaMatta: "Quanto custa ser índio no Brasil?"), e custava caro, é claro, para quem o era, hoje ser índio estaria ficando barato demais. Agora é fácil ser índio; basta dizer... E daí ninguém, principalmente o Estado, vai acabar comprando essa.

A respeito de sua argumentação e sua correspondência com os movimentos indígenas ressurgentes, estaríamos passando por uma nova conceituação do ser indígena? Os movimentos ressurgentes atrapalham os "índios de verdade" que geralmente estão em suas terras e mantiveram, mesmo diante de tantas expoliações, sua conexão com a língua materna e com os antigos? Esses movimentos ressurgentes diferenciados dentro da sociedade civil, caso não sejam indígenas, são o quê? Tais perguntas orientam não somente um debate atual na Antropologia, mas também os próprios indígenas ou aqueles que se autodeclaram como indígenas, seja por uma afinidade étnica, familiar, ancestral ou histórica. Se antigamente custava caro ser indígena, atualmente qualquer um pode ser "indígena", e tais debates são relevantes, e portanto, continuarão como "fantasmas" do debate étnico no Brasil. Não podemos ignorar a dinamicidade da cultura, e sua correlação com as particularidades de seres que habitam a terra, que constantemente refazem sua relação com ela. Portanto, pode-se levar em consideração o "indígena" genérico nesse debate; mas sem desconsiderar as particularidades do indígena na contemporaneidade, e as páginas deste artigo levantaram outras perguntas e respostas a serem alteradas no futuro.

Posto isso, ao longo do texto utilizamos em diversos momentos a palavra "coletivo" ou "comunidade" e, neste caso particular, definimos o termo como a relação entre sujeitos em torno de uma luta ou figura histórica, em disputa de signos e territórios, possível no embricamento entre materialidade e a síntese de símbolos. Correlato aos temas de comunidade étnica e etnogênese, o termo coletivo foi e é aqui tomado no sentido de um grupo de pessoas que buscam, por meio de símbolos e histórias compartilhadas (de ancestralidade indígena), traçar projetos políticos comuns. Neste caminho, e em relação aos indígenas em contexto urbano no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Poty é a raiz, e os que hoje lutam são os troncos que permitirão o surgimento das folhas, flores e frutos, submetidos às estações do ano, com a possibilidade do surgimento de mudas.

O movimento não está em retomada ou resgate, o coletivo indígena do Triângulo Mineiro, em seus diferentes contextos, representa um levante legítimo que ocorreu há 20

anos, e que segue o legado deixado por Poty. Os objetivos são os mesmos estipulados pelo MInA; afinal, mesmo depois de 20 anos muitos dos objetivos ainda não foram alcançados. Eles ainda tentam reunir novamente os parentes de outras cidades para somar forças e garantir o aldeamento e os direitos aos povos indígenas situados nos contextos urbanos de cidades da região.

### Considerações finais

Este artigo parte de um apanhado de memórias do passado, mas que estão ainda presentes e vivas. Quando Poty disse que a história dos povos indígenas ainda estava sendo escrita, ela referia-se não somente a uma perspectiva nacional, mas em particular ao coletivo que ela havia organizado. Em suma, ela constituiu um movimento em seu tempo presente, mas que ficaria para as futuras gerações; e da mesma maneira é o pensamento de Kawany. Mais do que recuperar fragmentos de um passado interrompido pela violência colonial, o legado de Cacica Poty, de Kawany Tupinambá, de Maria Cândida e de tantos outros e outras que fizeram parte do MInA, recriam raízes de um futuro presente. Como demonstrado, a emergência do movimento se insere em um processo mais amplo de ressurgências indígenas no Brasil, nos quais a memória, o autorreconhecimento e a territorialização constituem elementos centrais de reafirmação da identidade étnica e da etnologia brasileira acerca da contemporaneidade indígena no Brasil.

O fato de um dos autores ser pesquisador e de certa forma o próprio objeto de pesquisa, sempre colocou em questão o seu lugar. E, de tal forma, este artigo representa, em parte, um imbricamento metodológico entre autoetnografia e etnografia feita em casa (Barreto, 2022).

E após longos anos construindo o movimento ao lado de Cacica Kawany, percebemos, na realidade, que não foi ele quem entrou no movimento, mas o movimento que entrou em sua vida. Mesmo diante de tantos questionamentos de pertencimento, parece que seu lugar nessa história já estava guardado. Essa reelaboração cultural ou ressurgências, como citado ao longo do texto, geralmente passam despercebidos ao olhar do antropólogo, mas isso se dá pelo fato de que ele também está inserido nessas reelaborações.

Contar essas memórias é ver o processo histórico e pensar que o MInA, contra todas as narrativas oficiais, inscreve a presença e a persistência indígena no espaço urbano do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. Nesse sentido, esperamos ter contribuído para desconstruir narrativas hegemônicas que indicavam os povos indígenas da região como exterminados e/ou assimilados. O movimento, e esse movimento indígena em particular, por ser um processo vivo não se encerra nunca, e como as muitas pedras que Poty catou ao longo de seu caminho, outras virão.

### Referências

BARRETO, J. R. R. *Ukÿsse: formas de conhecimento nas artes do dialogo tukano*.

Florianópolis. Editora da UFSC, 2022.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

FERREIRA FILHO, Aurelino José; PEDROSO, Leonardo Batista. Famílias indígenas não aldeadas urbanas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. *Revista Em Extensão*, Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 36-41, jul./dez. 2010.

ISA - Instituto Socioambiental. *Nota - Morre Henrique Gamarra, popular indígena da Feira da Junqueira em Ituiutaba.*

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MANO, Marcel. Contatos e intersecções culturais numa área de fronteira: passado e presente Indígena no Triângulo Mineiro. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, Brasil, v. 20, n. 1, p. 170-189, 2022.

MInA – Estatuto da Associação do Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2008

MInA; DICULT-UFU. *Do imaginário de 1500 a 2006: Povos de coração gigante e alma serena [CD-ROM].* Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2008.

MInA; INCIS/UFU. *Relatório da 1ª Pré-Conferência Regional de Política Indigenista do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.* Universidade Federal de Uberlândia. 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998.

PACHECO DE OLIVEIRA, João . *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.*, Rio de Janeiro, Contracapa, 2016.

PROEXC/UFU – *Projeto Índios Lecionando.* Pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (Registro 9923 – Coordenação Marcel Mano; Kaun Poty Guarani e Henrique Terena). 2012.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: integração das populações indígenas no Brasil moderno.* Rio de Janeiro. Global Editora, 1970.

TUPINAMBÁ, Cacique Kawany Lourdes; ALVES, Daniella Santos; JUNQUEIRA, Gabriela Gonçalves. *Tomando posse da história: o legado de resistência da cacique Kawany Lourdes Tupinambá.* Revista Nanduty, Dourados, v. 6, n. 9, p. 189-209, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (orgs.). *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005.* São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 41-49.